

O HABITAT E A QUESTÃO SOCIAL NO NOROESTE FLUMINENSE

Habitat and social question in the Noroeste Fluminense

El habitat y la cuestión social en el Noroeste Fluminense

José Grabois

Prof. Adjunto do Departamento de Climatologia e Meteorologia - IGEO - UERJ
Doutor pela USP, Pesquisador AI do CNPq. jgrabois@hotmail.com

Lucia Helena da Silva Cezar

Mestre em Geografia pela UFRJ.
Prof^a do Estado e do Município do Rio de Janeiro. luciacezar@yahoo.com.br

Cátia Pereira dos Santos

Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFF.
Prof^a do Estado do Rio de Janeiro e do Município de São Gonçalo. catiaps@usp.br

Genésio Gregório Filho

Licenciado em Geografia pela UERJ.
Pós-graduado (especialização) em Educação para Gestão Ambiental pela UERJ
Prof. do ensino médio particular do Município Rio de Janeiro. genesiogreg@ig.com.br

Resumo: O presente artigo resulta do terceiro e último relatório de pesquisa sobre o Noroeste Fluminense. Contendo 190 páginas, 66 fotos, 7 mapas, 12 plantas e 3 gráficos e aprovado pelo CNPq, encerra ciclo de oito anos de trabalho sobre esta porção do Estado do Rio de Janeiro. Consoante a proposta do trabalho, que é identificar e explicar a estrutura e dinâmica do habitat na sua diversidade na região, tratou-se do processo de povoamento em sua íntima ligação com a evolução econômica regional e seus reflexos nas sucessivas transformações do habitat, classificando e interpretando as diferentes formas de organização das habitações no campo, nas vilas e cidades. Pôde-se concluir que o processo de produção do espaço regional traz fortes distorções, traduzidas numa rede urbana onde se evidenciam os problemas inerentes ao processo de modernização capitalista, com hipertrofia da cidade de Itaperuna e graves perdas quantitativas e qualitativas dos demais centros.

Palavras-chave: Evolução da economia agrária; Povoamento; Grupamento e dispersão; Habitat e estratificação social.

Abstract: This article results of the third and last research report about the Northwest of State of Rio de Janeiro. Containing 190 pages, 66 photos, 7 maps, 12 plans e 3 graphs and approved by CNPq, it ends a cycle of eight-year-work. According to the work proposal which is to identify and to explain the structure and dynamic of the habitat in its region diversity, we dealt with settlement process linked to the regional economy evolution and their reflections in successive habitat changings, classifying and interpreting different forms of housing countryside, villa (seat of a minor civil division) and cities organization. We conclude that the process of production of regional space brings hard distortions, reflected in an urban network where the problems concerned to the process of capitalist modernization are framed with hypertrophy of Itaperuna city and severe quantitatives and qualitatives losses of other centers.

Keywords: Agrarian economy evolution; Settlement; Cluster and scatter; Habitat and social stratification.

Terra Livre	São Paulo	Ano 19, v. 2, n. 21	p. 55-71	Jul/dez. 2003
-------------	-----------	---------------------	----------	---------------

Resumen: El presente artículo resulta del tercero y último relatorio de pesquisa sobre el Noroeste del estado de Rio de Janeiro. Conteniendo 190 páginas, 66 fotos, 7 mapas, 12 planes y 3 gráficos y aprobado por CNPq, termina un ciclo de ocho años de trabajo sobre esta parte del Rio de Janeiro. Según la propuesta del trabajo, que es identificar y explicar la estructura y dinámica del habitat en su diversidad en la región, nos ocupamos del proceso de ocupación ligado a la evolución regional de la economía y de sus reflejos en los cambios sucesivos del habitat, clasificando e interpretando distintas formas de organización de las habitaciones en el campo, en las villas y en las ciudades. Concluimos que el proceso de producción del espacio regional trae fuertes distorsiones, reflejadas en una red urbana donde los problemas propios al proceso de la modernización del capitalismo se evidencian con la hipertrofia de la ciudad de Itaperuna y las severas pérdidas cuantitativas y cualitativas de los otros centros.

Palabras claves: Evolución de la economía agraria; Pueblamento; Agrupación y dispersión; Habitat y estratificación social.

Introdução

"E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas" (LOBATO, 1959, p.3).

O estudo do habitat assume importância paramétrica como expressão sintética de um processo histórico na sua manifestação espacial. Reflete formas de ocupação humana, não se podendo pensar a casa como simples elemento material da paisagem.

"Chama-se habitat o modo de distribuição dos lugares habitados no interior de uma determinada região. Sendo a noção de lugar inseparável, neste caso, da noção de seu conteúdo humano, pode-se igualmente escrever que habitat é o modo de distribuição da população no interior de um espaço considerado" (GEORGE, 1982, p.123).

Sobre ao habitat rural, SORRE (1952) sustentou analogamente que seu estudo baseia-se, num primeiro momento, *em análise rigorosa do povoamento*. Lembra que a casa associa-se aos campos e caminhos e que a fazenda isolada ou o aglomerado de fazendas estão ligados a um conjunto de campos cultivados e aos modos de ocupação dos mesmos. Estabelece, assim, que a segunda etapa *é compreender o povoamento nas suas relações com o modo de exploração da terra, isto é, com todo um complexo de sentimentos, de necessidades, de concepções econômicas e sociais, resgatando-se com isso para o conceito de habitat a riqueza da qual ele fora despojado*.

• L'habitat rural apparait ainsi comme une expression historique. Ses formes naissent, s'épanouissent et meurent pour faire place à de nouveaux types que correspondent à d'autres équilibres des sociétés rurales. Elles doivent être étudiées dans leur genèse. Une théorie de l'habitat rural se couronne donc, si l'on nous permet ce langage, par une dynamique du peuplement rural • (SORRE, 1952, p. 91-92).

Entendemos o habitat rural como reflexo do povoamento de determinado espaço agrário, traduzido por distintos padrões de uso da terra, realizados conforme diferentes sistemas agrícolas e formas de apropriação da terra. Não pensamos os sistemas agrícolas meramente como um conjunto de técnicas; devemos entendê-los, sem negligenciar o papel dos fatores naturais, em sua inserção num contexto histórico, daí decorrendo uma forma específica de organização espacial, traduzida na morfologia agrária.

Sendo uma das preocupações da Geografia a permanente reordenação do espaço, cabe lembrar que o habitat, além de refletir o momento atual, evidencia o fenômeno da latência que permite reconstituir o dinamismo das paisagens rurais do passado. Estas constituem verdadeiros "palimpsestos", onde se sobrepuseram diferentes formas de organização espacial ao longo da história. É, portanto, nossa percepção a de que o habitat consiste num fenômeno altamente dinâmico; por isso, além da descrição das diferentes formas de distribuição espacial das habitações e de sua estrutura, estaremos sempre em busca da interpretação do seu significado social e econômico como um dos fatos mais representativos das interações sociedade-espço que no Noroeste Fluminense se evidenciam na forte estratificação social refletida com clareza

meridiana no habitat.

A proposta do trabalho foi identificar e explicar, no Noroeste Fluminense, a estrutura e a dinâmica do habitat rural, em suas diferentes formas, sem negligenciar o papel desempenhado pelas cidades na organização regional como elemento importante de um espaço ainda marcado pela atividade agrária.

Tal proposta participa da concepção de que a sociedade é um conjunto de relações organizadas de trabalho e convívio social, incluindo formas mais ou menos elaboradas de consciência coletiva. Estruturada em classes sociais, essa sociedade se sustenta num determinado espaço, que é modificado e aproveitado pela população através de técnicas e formas de produção e intercâmbio, historicamente condicionados.

A proposta é perpassada pela consideração do desenvolvimento capitalista em suas diferentes etapas nas quais se analisam as transformações da economia e do espaço agrário daí decorrentes. Estudou-se a evolução das formas do habitat até a atualidade, ao longo das sucessivas etapas do povoamento e suas bases sociais e econômicas, conforme os pressupostos apresentados. Apesar da necessidade da caracterização do habitat nas suas origens, isto é, no contexto da fazenda de café, a pesquisa teve seu foco principal demarcado pela falência da cafeicultura que se completa no início da década de 1960, quando a pecuária leiteira já se tornara a principal atividade econômica, à qual se liga o forte esvaziamento demográfico, principalmente na zona rural.

Leva-se em conta, nessa porção desprivilegiada do Sudeste brasileiro, não só a escala específica do conjunto estudado, mas a abordagem de suas interações com o regional e o nacional, sem deixar de lado as questões ligadas à divisão internacional do trabalho, vale dizer, o mercado internacional e as necessidades dos países dominantes.

Nota-se, no Noroeste Fluminense, um conjunto de mudanças na organização do espaço, resultante das transformações econômicas e sociais que têm afetado a região. A riqueza criada pelo café promoveu o crescimento da população rural, principalmente dispersa, que gerou aglomerações onde eram procurados os serviços ainda elementares por elas oferecidos. A população urbana, menor, teve de início, crescimento lento.

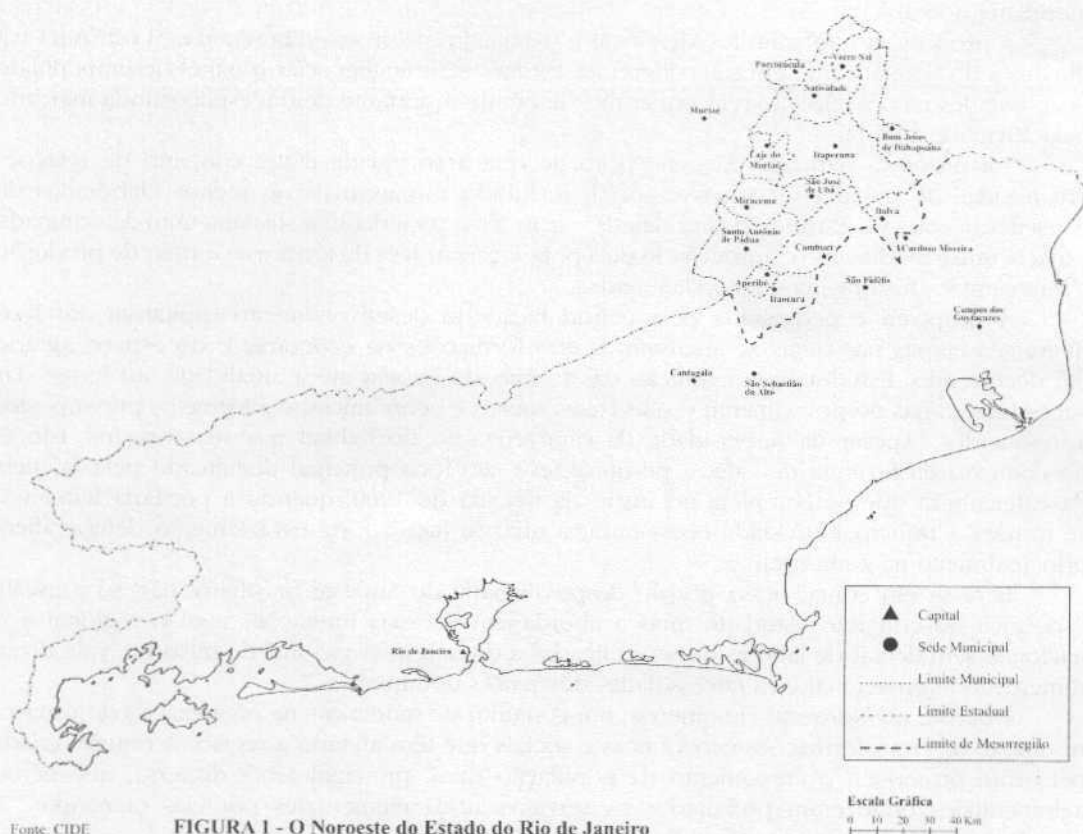
Há reordenações referentes às formas do habitat grupado, como a formação e desenvolvimento das periferias nas cidades e vilas, estas, a nosso ver, em geral, verdadeiras aldeias. A dispersão continua a criar a concentração, principalmente nas periferias urbanas e, secundariamente, em algumas vilas. Hoje, ao contrário da época do café, a sua contrapartida é a quase completa extinção do habitat disperso.

A importância teórica da proposta é a de se recuperar os estudos do habitat, desde que o consideremos produto das relações sociais expressas no local de morada do homem. Sem perder de vista o habitat urbano, enfatizamos o habitat rural através do estudo de um exemplo brasileiro, resgatando o que, a nosso ver, é um elemento-chave de compreensão de um processo socioambiental impresso tão nitidamente na paisagem.

A abordagem aprofundada do problema do habitat na escala do Noroeste Fluminense ao longo da sua formação territorial é pensada como contribuição para o conhecimento do drama social que é a questão da habitação no Brasil.

A área em estudo

A área de abrangência do estudo, o Noroeste Fluminense, é formada pelos municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai; com 5.525 km², ocupa 12% do território do Estado do Rio de Janeiro. Limita-se a Leste com São Fidélis, Cardoso Moreira e Campos; a Oeste com a Zona da Mata de Minas Gerais; ao Norte com o Sul do Espírito Santo e ao Sul com Cantagalo e São Sebastião do Alto (GRABOIS, 2001) (Fig. 1).



Fonte: CIDE

FIGURA 1 - O Noroeste do Estado do Rio de Janeiro

Escala Gráfica
0 10 20 30 40 Km

Nota-se a pequena importância econômica da região através da sua participação no PIB estadual, 0,49%, a menor dentre todas as regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro (GRABOIS, 2001). Constitui área pouco dinâmica, caracterizando, desde o início do povoamento, uma extensão da vizinha Zona da Mata de Minas Gerais, não deixando de sofrer, contudo, influência da zona canavieira de Campos a Leste e a Sul.

O Noroeste Fluminense é um bom exemplo da questão fundiária brasileira. A distribuição dos estabelecimentos rurais aponta uma clara predominância das pequenas unidades: 84,2% em 1985 e 81,3% em 1995/1996 dos estabelecimentos possuíam até 50 ha. Contudo, estes dados não deixam de mostrar grande concentração da terra. Em 1985 os estabelecimentos até 10 ha representavam 54,7% do total, o que correspondia a somente 5,4% da área; aqueles com mais de 200 ha correspondiam a 3,1% do número e pouco mais de $\frac{1}{3}$ da área total. Na década seguinte essa concentração se intensificou, reduzindo-se os estabelecimentos até 10 ha para 45,4% do universo e a área para 4,7% do total, enquanto os com mais de 200 ha, mesmo somando 3,7% do universo, englobavam 37,8% da área. *Ao fenômeno da redução progressiva do número de estabelecimentos liga-se a rarefação do habitat rural* (GRABOIS, 2001).

A região sofreu forte esvaziamento demográfico, principalmente entre 1940 e 1980, reduzindo-se o número de habitantes de 305.066 para 242.648. Mesmo registrando crescimento entre 1991 e 2000, (273.062 e 297.512 habitantes), apesar de decorrido mais de meio século, ainda não foi atingido o contingente populacional de 1940. Em 1991 a população do Noroeste Fluminense correspondia a 2,1% do total do estado, mantendo-se inalterada em 2000 (GRABOIS, 2001).

Até 1960, havia franco predomínio da população rural. O crescimento da população urbana só se intensifica na década de 1960, mas é na de 1970 que em boa parte dos municípios predominam os habitantes citadinos. Em 2000, mesmo sendo a população rural ainda significativa, todos os municípios do Noroeste Fluminense mostram o predomínio da população urbana, excetuando-se São José de Ubá, onde a população rural é maioria, com $\frac{2}{3}$ do total (GRABOIS, 2001).

O povoamento, as formas do habitat e sua classificação

• Povoamento e a evolução da economia agrária

Até o início do século XIX todas as áreas situadas entre os altos divisores do Vale do Itabapoana e do Muriaé, chamadas "Sertão da Pedra Lisa", permaneceram sem ocupação efetiva de origem européia, apesar da concessão de sesmarias durante o século XVIII pelo governo colonial. O mesmo ocorreu ao norte do rio Paraíba do Sul, entre os atuais municípios de São Fidélis e Santo Antônio de Pádua (HENRIQUES, 1952).

A exploração se fez por duas vias principais: a partir da Zona da Mata Mineira, no início do século XIX, pelo vale do rio Pomba e, na década de 1830, através dos vales do Carangola e do Muriaé. Pelo Paraíba, estabeleceu-se uma via de penetração menos importante. Missionários capuchinhos de Campos fundaram as reduções indígenas de Coroados e Puris, que foram a origem de São Fidélis de Sigmaringa (atual São Fidélis), no final do século XVIII, e São José da Leonissa (atual Itaocara) e Santo Antônio de Pádua, no início do século XIX. Com efeito, as reduções representavam apenas pontos isolados na mata, sendo muito limitada a exploração agrícola. Tais áreas constituíam o território dos Puris e, secundariamente, dos Coroados, Guarulhos e Goitacazes. Originalmente os Goitacazes viviam numa área que se estendia desde Campos até o ribeirão de São Domingos. Todas essas tribos foram deslocadas pouco a pouco do litoral para esta região e para a Zona da Mata de Minas Gerais. Tal movimento significou um verdadeiro genocídio que se repetiu quando da ocupação do alto Muriaé.

Por outro lado, a expansão dos canaviais da Baixada de Campos limitou-se aos baixos cursos do Muriaé e do Paraíba, não atingindo os contrafortes das serranias do "Sertão do Muriaé". Incompatíveis com a escala de plantio da cana-de-açúcar da Baixada, estas áreas não interessavam aos campistas que restringiram sua ocupação ao curto trecho navegável até o atual município de Cardoso Moreira. LIGIÉRO (1960) afirma que em certo ponto do Muriaé estava 'o *cachoeiro*', à montante do qual ele se fez praticamente impenetrável. Ao mesmo tempo, as várzeas estreitas e a malária fizeram essa população ficar nas terras já conquistadas, próximo dos seus engenhos.

O alto Muriaé sofreu "(...) nos primórdios da civilização mineira, a influência dos faiscaidores de ouro e de pedras preciosas" (LIGIÉRO, 1960, p.35). Não se caracterizou aí, porém, o quadro da zona de mineração de Minas Gerais. Além disto, nos séculos 18 e 19, o alto curso do Muriaé foi alvo de exploradores de madeira da Baixada de Campos, formando as chamadas "Bandeiras do Jacarandá" (LAMEGO, 1950).

É importante lembrar que a formação territorial do Noroeste Fluminense, perpassada por forte estratificação social, materializada no habitat, além de nos remeter às origens da pequena produção, é exemplo do modelo de povoamento brasileiro.

"É que a divisão do solo se fazia, arbitrariamente, pelo sistema de sesmarias sob cujas possessões os potentados levavam muita vantagem sobre os pobres ou desfavorecidos do bafejo oficial. O processo da aquisição da sesmaria era longo para os que dispunham de pouco recurso ou, para os que não contavam com os favores dos governantes, enquanto os ricos faziam do assunto verdadeira indústria, conseguindo despachos burocráticos imediatos. De posse do título, vendiam o posseamento para em seguida, obterem outros, sempre levando vantagens financeiras" (LIGIÉRO, 1960, p.38).

A organização territorial do Noroeste Fluminense se concretizou após a da Baixada dos Goitacazes, apenas quando a cafeeicultura assumiu maior expressão.

"(...) o alto Muriaé guardou-se, íntegro, para participar inteiramente da vida da Zona da Mata, já que não houvera participado da vida econômica, social e agrícola da Zona da Baixada Campista, por ocasião do ciclo da cana-de-açúcar, ou da zona central de Minas Gerais, por ocasião do ciclo do ouro" (LIGIÉRO, 1960, p. 85-86).

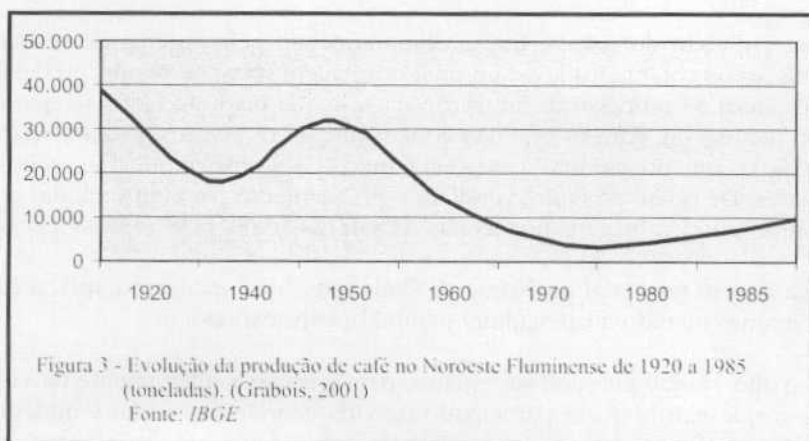
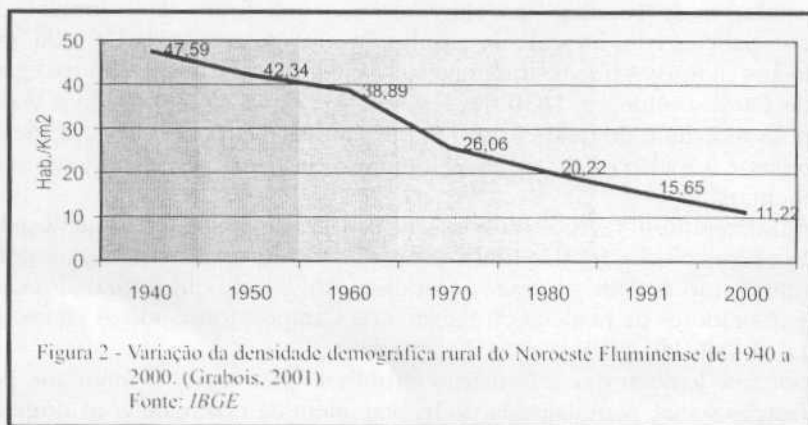
Fruto da expansão da economia da Zona da Mata de Minas, diferentemente dela e do Médio Vale do Paraíba, a intensificação do povoamento da área com base na expansão dos

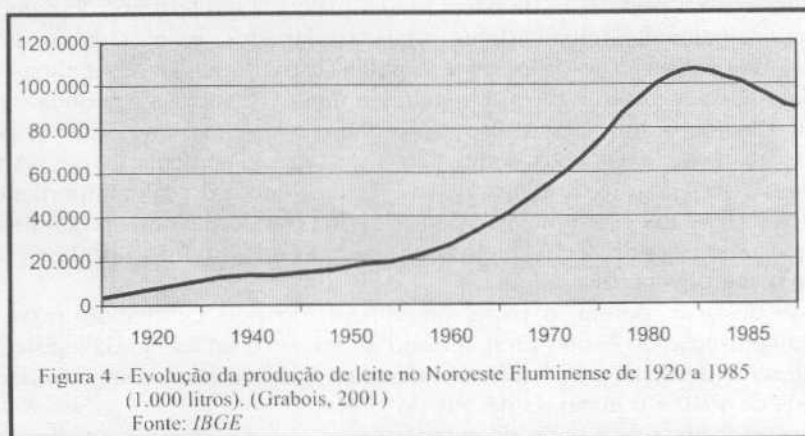
cafezais se dá somente após a década de 1850 (VALVERDE, 1958), transformando Itaperuna mais tarde num importante centro comercial.

Ligado à expansão ferroviária, o período áureo da cafeicultura no Noroeste Fluminense se dá entre as duas últimas décadas do século 19, estendendo-se até a crise de 1929. Com as ferrovias, a produção atingiria grande vulto, sendo mais rapidamente transportada para o porto do Rio de Janeiro e, principalmente, o de São João da Barra.

Mesmo vencida a crise, a cafeicultura, ainda base da economia, perde importância gradualmente, sobretudo a partir de meados da década de 1950, com a queda de preços no mercado internacional. Cada vez menos rentável, o golpe de misericórdia vem no início de 1960, quando se executa a política de erradicação dos cafezais improdutivos.

O esvaziamento da região, em particular o da zona rural, pode ser visto como resultado da substituição gradual da cafeicultura pela pecuária leiteira. As pastagens passam a ocupar as colinas e grande parte das várzeas, dando a tônica da atual organização do espaço agrário. Exigindo menor mão-de-obra, a pecuária foi incapaz de agregar o antigo contingente de pequenos produtores, sobretudo colonos. Daí decorre a forte rarefação populacional e as profundas alterações do habitat. A densidade demográfica rural caiu de 1940 para 2000, de 47,6 para 11,2 hab./km² (Fig. 2, 3 e 4).





A paisagem rural reflete, além da dispersão, forte rarefação do habitat. As construções mais comuns são as sedes das fazendas e das pequenas propriedades e, com menor frequência, casas dos colonos. As casas das fazendas do Noroeste Fluminense, menores e mais simples, raramente lembram a grandiosidade das sedes do Médio Vale do Paraíba do século XIX retratando a menor importância econômica da região.

Dispersão e concentração

Considerando a distribuição espacial das habitações rurais, pode-se falar de duas formas opostas: a dispersão e o grupamento. Quanto à forma, a dispersão pode ser de dois tipos: *coup de plomb* e organizada, geralmente de forma linear. TRICART (1956) pensa a dispersão organizada como “o prelúdio do grupamento”. A mais importante forma de grupamento rural é a aldeia, definida de início como local predominantemente habitado por camponeses. Tentando aprofundar tal conceituação – mesmo compreendendo que se trata de um assunto mais ligado, por exemplo, a um quadro europeu, muito distante no tempo e no espaço da realidade do Noroeste Fluminense – cabe citar GEORGE (1982) que distingue três tipos de aldeia. Ao lado das aldeias puramente agrícolas e das aldeias de residência para os trabalhadores urbanos, as aldeias-dormitório, aparece uma categoria de aldeia “urbanizada” de forma mais completa: a aldeia-centro ou centro rural. Essas aldeias tendem a concentrar novas funções necessárias à vida de relações no meio rural: serviços públicos e privados, comércio diversificado, equipamento médico, de vivência, escolar etc. DERRUAU (1973), sem falar em “aldeia-dormitório”, também considera as aldeias funcionalmente diferentes, ressaltando, por isso, a importância do estudo da estrutura profissional e social de sua população.

O povoamento da região se dá conforme um padrão linear predominante: cidades, vilas e casas isoladas no meio rural acompanham os fundos de vale, também percorridos por estradas e caminhos. Essa linearidade associa-se ao relevo, caracterizado pela oposição entre colinas e várzeas, estreitas na sua grande maioria. As casas rurais ocupam geralmente a baixa encosta das elevações, estendendo-se, às vezes, pela média encosta. Em alguns casos, dado o grande número de vales afluentes e subafluentes, o habitat aparenta um tipo *coup de plomb* não perdendo, porém, sua organização linear.

Tendo como pano de fundo o valor do solo urbano, no caso dos aglomerados, a distribuição dos bairros em relação à topografia reflete a estratificação social, localizando-se as periferias ou as pontas-de-rua nos extremos destes núcleos ou nas médias e altas encostas das colinas.

Define-se ponta-de-rua como expressão de domínio popular, que identifica as partes mais pobres de cidades do interior, referindo-se aos seus precários prolongamentos que, a partir dos extremos das ruas, abrigam construções mais ou menos rústicas, bem piores do que as do restante do núcleo urbano. Alguns autores têm empregado esta denominação para identificar bairros periféricos dessas cidades, representando um tipo específico de expansão urbana, isto

é, aquela relacionada à população de baixa renda, realizada em terrenos de menor valor, onde se instalam principalmente trabalhadores rurais assalariados, ex-moradores de engenhos e fazendas, expulsos ao longo do processo de capitalização das atividades agrárias.

Fundam-se fazendas com colonos e grande número de médias e pequenas propriedades, sítios de café. Origina-se um habitat disperso e denso e o seu contraponto, os povoados e as vilas. No quadro de esvaziamento demográfico da região, particularmente na zona rural, a policultura associada à criação de suínos e aves, ligada à época do café, importante no passado, quando caracterizava uma economia camponesa, entra em decadência, achando-se atualmente quase extinta. Numa fazenda de 100 alqueires (484 ha) onde, no início de 1960, havia 50 casas hoje há no máximo dois ou três colonos.

Deve-se destacar, porém, o papel desempenhado pela cultura do arroz, intensiva de trabalho, na amenização do êxodo rural, mesmo no início da aplicação da legislação trabalhista ao campo. Presente desde os primórdios da cafeicultura, estendeu-se como atividade importante entre a década de 1940 e o início da década de 1990.

Da mesma forma que o ocorrido anteriormente com a economia cafeeira, é considerável a ligação da rizicultura com o crescimento das vilas, particularmente nas periferias, para onde vieram ex-colonos.

A modernização do capitalismo no campo promove, entre outros efeitos, o recrudescimento do processo de pecuarização, verificando-se a desorganização da vida rural agrícola nos últimos trinta anos do século XX e a conseqüente intensificação do esvaziamento demográfico das áreas rurais da região. Neste sentido, um exemplo da atual economia agrária do Noroeste Fluminense é dado por uma pequena empresa de tratores cujo objetivo é a formação de pastagens. Sua área de atuação é bastante ampla: ultrapassa os limites de Itaperuna e alcança grande parte do município de Natividade. É uma prestação de serviços terceirizada e diretamente ligada à atividade agrária. Os fazendeiros a utilizam com o sentido de não deixar capital investido em máquinas, levando em conta sua manutenção, mão-de-obra qualificada, mais cara, e tempo ocioso.

O fenômeno da desruralização significa não só a acentuação da dispersão no campo, mas também mudanças de função das casas rurais, muitas abrigando agora pessoas que trabalham na cidade. A outra face da desruralização traduz-se no que podemos chamar simbolicamente de "desurbanização", que consiste, por um lado, na perda de funções urbanas, com intensidade variável, da quase totalidade das cidades e vilas. Por outro lado, num aparente paradoxo, formam-se periferias nessas mesmas cidades e vilas onde vive uma população que, na sua maioria, trabalha em atividades urbanas, principalmente em Itaperuna, dada a sua marcada centralidade.

O crescimento das periferias das cidades e das vilas é, assim, parte do mesmo processo. Os mais jovens buscam emprego urbano face às dificuldades de sobrevivência no campo e/ou às perspectivas de ascensão social oferecidas pela cidade através da educação formal. Nas antigas unidades de produção camponesa, muitas na origem sítios de café e, hoje, descaracterizadas diante da perda da força de trabalho, só os mais velhos permanecem e a tendência é que desapareçam junto com a propriedade.

Em outros casos, a divisão por herança não significa, necessariamente, o desaparecimento da propriedade. Os herdeiros têm a posse de poucos hectares sendo comum que sejam aproveitadas casas antigas, algumas reformadas, ou construídas casas novas. A terra perde sua função agrária, pois os descendentes do antigo produtor, apesar de nela residirem, trabalham na cidade. *Esta é, porém, uma situação residual: historicamente a população tem tido como perspectiva a vida urbana.* Busca hoje, além de Itaperuna ou Rio de Janeiro, pontas-de-rua de cidades e vilas da região que têm basicamente a função de dormitório.

No Alto Noroeste o habitat rural disperso e rarefeito do conjunto da região ganha um relativo adensamento face à predominância de pequenos sítios de café e à permanência de alguns colonos em propriedades cafeicultoras maiores. Situado mais ao norte da região, é formado pelos municípios de Varre – Sai, Porciúncula e parte de Natividade e Bom Jesus do Itabapoana. A denominação Alto não se prende à sua maior altitude, que alcança até 900 m, mas sim à sua posição.

No entanto, as antigas unidades de produção camponesa estão, hoje, em extinção,

por conta do caráter especulativo da cultura, dos custos dos insumos, da descapitalização e do agravamento do problema da carência de mão-de-obra representada pelos mais jovens. Estabelece-se, assim, a falência gradual da economia camponesa no último reduto do café na região, nos mesmos moldes que se assistiu há cerca de meio século no conjunto do Noroeste Fluminense.

Contraditoriamente, é neste mesmo subespaço que uma atividade agrária, ao invés de criar, extingue o habitat preexistente. A modalidade de produção que atinge o limite extremo da extinção é aquela realizada por proprietários de origem urbana dedicados à cafeicultura. São pequenos empresários, profissionais liberais ou funcionários públicos, que adquirem parcelas de terra de pequenos proprietários de origem camponesa. Eles obtêm uma renda adicional com a produção de café, dela não dependendo para o sustento próprio. Apesar de pequenos, podem agir como grandes produtores, uma vez que, capitalizados, estocam o produto à espera de valorização. Têm possibilidade de manter os cafezais muito bem cuidados e empreender técnicas de produção modernas, utilizando um administrador e diaristas, que vivem fora da propriedade. *Na maior parte dos casos, inexistente qualquer forma de habitat.*

Pode-se fazer um paralelo entre esta situação e a da horticultura do tomate que, salvo algumas exceções, consiste num outro exemplo de atividade agrária que não cria condições para a implantação de qualquer forma de habitat. O fato é comum em São José de Ubá, principal área produtora da região.

Essa lavoura, na maior parte inserida no território da fazenda de gado, marca pontualmente a paisagem. De pequenas dimensões, em torno de 1ha, os tomates se encontram quase que exclusivamente nas encostas; a única construção existente é uma cobertura tosca de bambu e palha, onde são selecionados e embalados os frutos.

Além da terra ser arrendada, na maioria dos casos, ocorre, a cada safra, um deslocamento dos tomates devido a uma característica agrônômica da planta, boa hospedeira para a bactéria *Pseudomonas solanacearum* (Smith) Douls que vive no solo, e para o fungo *Fusarium oxysporum* *F. Lycopersici* Snyder & Hansen. Assim, só numa safra, o número de bactérias e/ou fungos aumentará fortemente, provocando, quase sempre, a destruição da lavoura do ano seguinte, se ela for aí repetida. Isto explica a extrema mobilidade dos campos de tomate, o que dificulta a fixação do habitat.

As formas dispersas

Sobre o habitat disperso observa-se tanto a sobrevivência de "paleoformas", como o surgimento de novas formas do habitat rural. As primeiras ligam-se ao que restou das pequenas unidades de colonos na fazenda de café e às casas dos pequenos proprietários. As mais recentes, na sua maioria, nada têm a ver com o agrário, apesar de situadas no meio rural. Coexistem com o vazio próprio das fazendas de gado.

Conforme GEORGE (1982, p.128),

"Pode também ocorrer que o habitat permaneça inalterado, apesar das mutações dos sistemas de cultura e mesmo da estrutura agrária: o conteúdo sofre modificações importantes, mantendo-se, porém, imutável o continente."

Levando-se em conta a vinculação das alterações do habitat disperso às ligações existentes entre a casa e as relações sociais de produção, vale dizer, as alterações continente/contéudo, elaborou-se a seguinte tipologia.

Casas de colonos. As casas de colonos típicas da época do café, ainda encontradas na região, se bem que em número muito menor do que as construídas posteriormente, localizam-se geralmente no sopé das encostas. Habitualmente com 4 a 5 compartimentos, possuem área em torno de 30/40m². A estrutura de madeira, com troncos trabalhados de forma rústica, compõe-se de quatro estacas e oito vigas que sustentam telhado, chão e paredes. Estas, feitas de estuque, geralmente com armação de bambu às vezes são (re)construídas com tijolos maciços e, mais modernamente, com tijolos furados. Tal estrutura, a rusticidade das janelas, portas e esquadrias, os telhados, na maioria de quatro águas, o chão de tábuas e o fato das casas elevarem-se em estacas para evitar a umidade, são características peculiares da época do café. A prevalência da

madeira como material de construção prende-se à existência de significativas áreas florestadas naquela época.

Remanescentes da economia do café, podem ser observadas em toda a região; ocorrem, porém, em número reduzido, tanto pela antiguidade como em função da predominância quase absoluta da pecuária extensiva que torna o habitat cada vez mais rarefeito. Caracterizam o que, anteriormente, definimos como paleoforma em extinção.

Na esteira do contínuo esvaziamento do campo, permanecem elementos residuais do habitat que denominamos paleoformas. Um primeiro tipo "(...) é o que chamamos de 'paleoformas em vias de extinção'. Trata-se de casas, cada vez mais raras, de moradores, mais ou menos antigas e de diversos padrões que ainda são vistas nas terras de usinas, engenhos e fazendas de banana das Terras Altas" (GRABOIS, 1993, p.118).

Outra situação é tipificada pelo aproveitamento de antigas casas de colonos obtidas por herança, sendo tal fenômeno mais comum nas médias propriedades.

Estas formas do habitat, por sua vez, caracterizam o que se denominou, no trabalho acima referido, de paleoformas funcionais.

Enquanto a primeira forma citada, representando mais autenticamente o fenômeno da latência, tende a se extinguir, as 'paleoformas funcionais', pelo menos até o presente momento, mantêm uma certa estabilidade. Não acreditamos que elas representem rigorosamente a latência, mas talvez sua representação atual, calcada na 'recriação' da forma antiga. Esta forma é paradoxal porque marcada pela presença de um habitat disperso – e certamente menos denso do que as formas originais – dado pelas casas dos moradores num anacronismo tão claramente explicitado na paisagem (GRABOIS, 1993, p.121).

Casas abandonadas e/ou em ruínas. Encontra-se nesta situação, marcando apenas o local do antigo habitat, grande número de antigas casas de colonos (sendo raras, porém, as da época do café), algumas de pequenos proprietários e, até mesmo, sedes de fazendas (Fig. 5).



Figura 5 – Ruína de casa rural em Itaperuna (Grabois, 2000).

Sedes de fazenda. Antigas sedes de fazenda de café, quase sempre restauradas ou reconstruídas, pertencentes a pessoas de classe média e classe média alta, são hoje casas de fazendas de gado, o que não exclui a permanência de fazendas de café, todas no Alto Noroeste. Tais casas são utilizadas para lazer ou como habitação permanente do proprietário.

Em geral, as sedes das fazendas são rústicas, traduzindo, muitas vezes, uma situação de pobreza e abandono. A maioria das sedes mais antigas, algumas seculares, foi construída com estrutura em madeira de espécies nativas e as paredes erguidas em taipa; as mais recentes foram construídas em alvenaria, prevalecendo a simplicidade da arquitetura frente às sedes das regiões cafeeiras mais ricas do Médio Vale do Paraíba (Fig. 6).



Figura 6 – Sede restaurada da Fazenda Paraíso em Itaperuna (Grabois, 2000).

Há, entretanto, um número expressivo de sedes de fazendas de menor porte, compatível com a estrutura fundiária regional. Em certas situações, são hoje ocupadas por caseiros, retireiros, campeiros, entre outros trabalhadores assalariados permanentes. Trata-se de mais um caso de manutenção do continente com mudança de conteúdo.

Situada entre Natividade e Varre-Sai, um exemplo é o da antiga casa de fazenda de café que se transformou em fazenda de gado. O vaqueiro mora na sede da fazenda, que se encontra em precário estado de conservação. São duas épocas, duas economias que se traduzem numa mudança de conteúdo: quem mora na propriedade não é mais o fazendeiro de café ou o dono atual que vive na cidade do Rio de Janeiro, mas sim o empregado. Ele ganha um salário mínimo mensal e sua mulher trabalha apenas eventualmente como doméstica diarista. Os filhos estudam e ajudam o pai nas atividades cotidianas. As relações de trabalho são bastante complexas, pois além de assalariado, o entrevistado tem lavouras de milho e feijão, criando também pequenos animais. Esses traços de uma economia camponesa revelam a diversidade das relações de trabalho em uma mesma propriedade.

Posses. Em geral são terrenos de 360m², dimensões de lote urbano em zona rural, cedidos pelo fazendeiro ao antigo colono para de evitar o pagamento de indenizações na justiça do trabalho. Neste caso, o proprietário dá uma antiga casa de colono desocupada ou constrói outra. Pode ocorrer que o dono da terra compre a casa numa periferia urbana ou de vila; tal circunstância exemplifica, mais uma vez, o fenômeno da desruralização.

Casas de pequenas propriedades. Muito freqüentes, são habitações simples, podendo seu número aumentar face ao crescimento da família e/ou divisão por herança. Forma-se, às vezes, um habitat nucleado, geralmente não mais se ligando à atividade agrária.

Um exemplo interessante de criação de habitat disperso ocorre em São José de Ubá. Ao longo do processo de substituição da cafeicultura pela pecuária, boa parte dos trabalhadores expulsos do campo migrou para a sede deste antigo distrito ou para as cidades de Cambuci, Santo Antônio de Pádua, Itaperuna e da Baixada Fluminense. Porém, muitos dos que conseguiram indenização, compraram propriedades em torno de 5 ha em locais que hoje são pequenas comunidades, algumas lembrando povoados; além da terra, possuem os instrumentos de trabalho. Em algumas destas comunidades praticam policultura comercial e de subsistência, criando, ao mesmo tempo, pequenos animais para o sustento da casa. A mão-de-obra é familiar, existindo também o mutirão.

Este fenômeno, além de uma estratégia do campesinato para manter-se numa região que se define pelo esvaziamento demográfico, consiste numa clara indicação da existência de condições concretas para a realização de uma reforma agrária.

As formas grupadas

O povoamento do Noroeste Fluminense foi a princípio predominantemente disperso e denso, gerando pequenos núcleos, vilas e cidades. As mudanças econômicas refletem-se na forte rarefação do habitat disperso e na transformação desses núcleos que assistem um aumento até então desconhecido de suas periferias (Fig.7).



Figura 7 – Ponta-de-rua em Comendador Venâncio (Grabois, 2001).

As vilas. Parte das vilas da região, diante das funções criadas no passado, teve caráter de aldeia-centro. Hoje o quadro econômico regional revela alterações na estrutura e funções destas vilas, transformadas em aldeias-dormitório.

O estudo detalhado da vila de Comendador Venâncio (Itaperuna) traz subsídios a respeito das controvérsias colocadas. Este núcleo teve origem no pequeno patrimônio de Limoeiro, a cerca de 2 km a oeste da atual vila, na margem esquerda do rio Muriaé.

O nascimento do núcleo liga-se à implantação da Estrada de Ferro Carangola, cuja estação intensificou o comércio e atraiu população para o local, elevado à categoria de vila apenas em 1938. Nas origens Comendador Venâncio foi entreposto comercial da Zona da Mata e de Laje do Muriaé, vanguarda da expansão cafeeira de Minas Gerais, de onde vinham tropas de mulas com a carga a ser escoada pela ferrovia.

A vila alcança seu apogeu na década de 1950. Sua prosperidade é inerente não só ao contexto da economia cafeeira que se estende até o início da década de 1960, mas também ao momento em que tanto a pecuária como a rizicultura, já haviam alcançado um patamar bastante significativo. Mesmo com população de apenas 518 habitantes em 1950 e 784 em 1960, suas funções urbanas pouco se diferenciavam daquelas próprias de uma aldeia-centro, servindo à densa população dispersa do entorno. Tinha, então, duas bombas de gasolina, um hotel, duas agências bancárias, um posto de saúde, três máquinas de beneficiamento de café, três máquinas de beneficiamento de arroz e o cinema São Roque, que substituiu o antigo cinema mudo da década de 1930.

O distrito foi um dos muitos lugares onde a rizicultura assumiu posição mais importante; aí passaram a morar muitos parceiros do arroz. *A debacle da rizicultura resultou na intensificação do deslocamento de boa parcela da população rural para áreas urbanas em busca de emprego.* A redução acentuada da população rural de 1940 para 1950 e daí para 1960 (9.728, 6.273 e 4.961 habitantes, respectivamente), reflete o declínio da cafeicultura. A estagnação demográfica no período 1960/1991 (4.961 e 4.266 habitantes) é explicada pela presença da rizicultura que seguramente amenizou o esvaziamento populacional do distrito. Esta correlação é comprovada pela forte queda da população rural, de 4.266 para 1.252 habitantes, no curto intervalo 1991/1996, associada à quase total extinção dessa lavoura ao longo da década de 1990. Se, por um lado, a população urbana cresceu quase cinco vezes entre 1940 e 1996 (de 503 para 2.393 habitantes), por outro nota-se declínio acentuado da população total no mesmo período, de 10.231 para 3.645 habitantes (GRABOIS, 2001). Os dados secundários e nossa experiência de campo mostram que este é um fenômeno geral no Noroeste Fluminense. Além do mais, o número de habitantes nos remete diretamente ao questionamento da expressão "*intensa ocupação humana*", empregada pelo IBGE na definição de áreas urbanizadas e que entendemos como vaga. Mesmo que nessa vila a população seja de 2.393 habitantes, isto não significa "*intensa ocupação humana*". Da mesma forma são criticáveis os termos "*construções*" e "*arruamentos*" aplicáveis até para um povoado. Partindo da nossa experiência na região, questionamos até onde é válido considerar

as vilas como aglomerações urbanas, conforme os critérios do IBGE. A população das vilas tem aumentado, mas elas se transformam em aldeias-dormitório, com importância econômica menor que outrora.

Ocupando uma várzea alongada num fundo de vale, a vila cresceu em torno da estação e ao longo dos trilhos. *Strassendorf* modificado subiu as encostas, ganhando ruas paralelas e transversais, na maior parte pavimentadas, que formaram cinco bairros.

O Centro, lugar de habitação da classe média, possui algumas construções antigas, que dão idéia de como era a vila no passado. Aí se encontram um pequeno comércio, a Igreja, a escola municipal e o armazém do IBC, hoje transformado em colégio estadual. Na antiga estação, reformada, funcionam o cartório e o escritório da Emater. O Bairro Serraria, com casas mais modestas, fica num prolongamento da avenida principal para oeste, sendo o nome ligado a uma serraria que beneficiava a madeira da floresta tropical hoje quase totalmente destruída. O bairro Ferroviário é assim chamado por ter sido o primeiro local de habitação dos empregados da ferrovia. De forma alongada estende-se para leste da avenida principal. Suas casas são humildes, de material barato e muitas estão inacabadas. Expandindo-se para o sul, o Bairro Morro do Posto tem grande número de casas simples. A ocupação alcança a meia encosta das colinas e as ruas são ladeiras íngremes, pavimentadas com paralelepípedos. O bairro Usina possui uma única rua, localizada em estreita várzea entre o sopé de uma colina e a margem esquerda do rio Muriaé. O nome do bairro liga-se à usina hidrelétrica construída na fazenda da Fumaça em 1913 e hoje desativada. Foi exemplo da autonomia e importância da vila, fornecendo energia para a área de Laje do Muriaé até Pirapetinga e Tombos (MG). Há algumas casas antigas, com moradores, outras em ruínas e construções mais recentes. Aí está uma das raras ruas não calçadas da vila.

A decadência de Comendador Venâncio está simbolicamente representada pela desativação da ferrovia em 1972. Restam apenas serviços essenciais e grande parte da população está desempregada ou subempregada. Um outro aspecto a ser considerado no crescimento da vila prende-se ao dinamismo próprio de Itaperuna onde a valorização do solo urbano é maior. Foram conhecidas situações em que as pessoas venderam suas casas em periferias, como o bairro Aeroporto, cujos terrenos planos são alvo de uma população mais abastada e que passa a construir ali residências de alto padrão. Com a valorização progressiva, o número de casas vendidas aumenta e seus ex-proprietários mudam-se para periferias menos valorizadas de Itaperuna ou para as das vilas, como é o caso de Comendador Venâncio. Não se pode negligenciar, porém, o fator posição traduzido na centralidade de Itaperuna: é curta a distância entre as duas localidades, havendo linhas regulares de ônibus entre Laje do Muriaé e Itaperuna via Comendador Venâncio e Retiro do Muriaé.

Outro exemplo é Nossa Senhora da Penha (Itaperuna) que tipifica um caso extremo de esvaziamento demográfico e funcional tangenciando a extinção física, sendo disto exemplo as ruínas do cartório e da coletoria. A infra-estrutura é tão precária que é difícil entender como esta localidade é sede de distrito. Suas poucas ruas, em torno de dez, não são pavimentadas; não existem calçadas. Há apenas uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde, com visita semanal do médico. O fornecimento de energia elétrica é precário, tendo em vista as constantes quedas de voltagem. O abastecimento de água é feito em péssimas condições: o local de tratamento é aberto, passível de poluição por pessoas e animais, sendo a captação da água do rio feita um pouco à jusante da saída do esgoto. A isso acrescenta-se o grave problema do "lixão" situado muito próximo das casas, extremamente vulneráveis a esse foco de doenças. Responsabilidade da prefeitura, que aluga o terreno por R\$ 200,00 mensais, sua localização é a mais forte evidência do total estado de abandono em que se vê a vila. Quando chove, a água pútrida escoava pela rua, obrigando os moradores a construir valas para evitar que ela invada as casas.

Apesar de estar inserida no mesmo contexto regional das outras vilas, esta, decadente, representa uma realidade muito diversa da encontrada na maioria dos demais núcleos, onde ainda há algum dinamismo.

Foi, nas origens, uma aldeia ligada à extração da madeira e à cafeicultura. Era grande o número de sítios onde se praticava a policultura de cereais e a pequena criação. Os produtos eram comprados por um comerciante que atravessava o rio com uma balsa para chegar à

estação ferroviária de onde as mercadorias seguiam para o Rio de Janeiro. *Posteriormente, os pequenos sítiantes começariam a vender suas propriedades para os fazendeiros, o que confirma o processo de concentração fundiária e do capital.*

A atividade que se sucedeu foi a produção canavieira que resulta da expansão da economia da Baixada dos Goitacazes. Os moradores da vila trabalhavam no canavial e na usina. Seu fechamento, na década de 1970, provocou forte abalo, expulsando grande parte da população da vila, marcando o início da sua decadência. Ainda que a fábrica de cimento Paraíso tivesse freado um pouco esse processo, sua quase total paralisação intensificou o esvaziamento do núcleo. Hoje a atividade mais importante é a pesca, subordinando-se os pescadores aos interesses de um único atravessador. Sendo essa ocupação a única fonte de renda, a maioria, não registrada, trabalha também durante a piracema, correndo o risco de ações de fiscalização do IBAMA. Esta prática se justifica pela baixa remuneração, de um salário mínimo mensal, paga pela Prefeitura neste período.

A infra-estrutura muito precária, o baixo dinamismo econômico, o esvaziamento populacional, o descaso da administração municipal e a clara situação de miséria e abandono revelam o retrocesso das funções da vila, agora centralizadas por Arê, povoado do distrito de Nossa Senhora da Penha. Contando com o fator posição, pois está localizada próxima à estrada que liga Itaperuna a São José de Ubá, esta localidade ergue-se contrastando com a vila decadente.

As cidades

« Pendant des siècles, dans certains cas des millénaires, la masse de la population a vécu à la campagne, dans les civilisations les plus diverses; les villes, même quand elles étaient lieux de pouvoir et de prestige, ne rassemblaient qu'un faible minorité de la population. La fin du XX^e siècle nous place au terme d'un renversement de tendance généralisé, quels que soient les formes et le niveau de développement.[...]

« Il s'agit donc, dans le cadre de la croissance générale de la population mondiale, d'une nouvelle forme d'implantation. Les liens avec l'agriculture étant modifiés, au point de devenir de plus ténus, la domiciliation de la population procède à la fois de phénomènes d'attraction objective d'activités diverses et nouvelles, et du refus des contraintes du milieu rural considérées comme de plus en plus pesantes. L'équilibre de population des campagnes est ébranlé de manière différente dans les pays à évolution technique rapide et dans les pays demeurés à l'écart des effets les plus immédiats de la 'révolution industrielle'. Dans les premiers, c'est la mécanisation et, par voie de conséquence, la concentration des exploitations, qui poussent les hommes vers les villes. Dans les seconds, c'est la surcharge [...] qui pousse une partie de la population de la misère rurale à celle des 'sous-villes' » (GEORGE, 1992, p.84-85).

Escolheu-se Itaperuna por ser referência básica para entender o processo de reordenação espacial da região, envolvendo as relações campo-cidade e cidade-cidade. O papel de centro sub-regional é dado por seu tamanho e dinamismo; possui 33,5% da população urbana da região e 77,6% daquela do Município (GRABOIS, 2001).

Exemplo típico de aglomerado em sítio de fundo de vale, instalou-se, na origem, no sopé dos morros à margem esquerda do Muriaé, onde uma várzea mais ampla facilitou seu crescimento. Seu embrião foi a estação Porto Alegre da Estrada de Ferro Carangola.

Apesar da maioria dos migrantes da zona rural ter se deslocado para a Região Metropolitana, Itaperuna representou, em relação às demais cidades, maior atrativo para esta população. Se as décadas de 1960 e 70 foram de formação e crescimento das periferias com população proletária ou pequena classe média, as de 1980 e 90 assinalaram mudanças de estrutura e dinâmica. O crescimento da cidade nestas quatro décadas ocasionou uma reordenação do espaço urbano marcada por fortes contrastes.

As áreas mais valorizadas, como o Centro, estão nas várzeas e baixas encostas. Os bairros periféricos, localizados em várzeas mais distantes do Centro e colinas que perlongam o vale do Muriaé, tiveram seu crescimento intensificado na década de 1960. Os bairros mais antigos,

como Aeroporto, Niterói e Vinhosa, foram aos poucos incorporados à cidade, com as ruas principais pavimentadas e redes de abastecimento de água, energia e telefonia implantadas. A periferia Horto Florestal, situada numa colina que faz parte do Centro, é exemplo didático de segregação, própria do processo de urbanização numa sociedade fortemente estratificada. Conforme as normas municipais de ocupação do espaço urbano, até a média encosta, só são permitidas construções cuja planta atenda a padrões correspondentes à população mais abastada. A população proletária e subproletária, vive acima deste limite, *onde a declividade se acentua e a infra-estrutura, no que respeita ao fornecimento de água e serviços de transporte, é muito precária.*

Chama atenção o padrão arquitetônico dos bairros periféricos: não se pode mais defini-los, na maior parte, como proletários porque aí não há homogeneidade e sim uma grande mistura nos tipos de construção. São exceções os bairros de classe média Presidente Costa e Silva, Fiteiro e boa parte de um grande espaço situado a oeste de Itaperuna, denominado Cidade Nova. O contraste na arquitetura das periferias segue a lógica da valorização do solo urbano, visto como mercadoria. Coexistem vários patamares de classe média e proletariado que vai gradualmente perdendo espaço. O crescimento vertical no Centro e a formação de bairros de classe média alta em áreas distantes, obedece à mesma lógica.

Itaperuna vem criando novas funções, o que não acontece com os demais núcleos urbanos do Noroeste Fluminense que, menores, não possuem esta capacidade de recuperação e permanecem estagnados. Concentram-se, em Itaperuna, os principais estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços da região que somam 1.817 firmas registradas representando 31,24% do total regional. Itaperuna torna-se mais importante a partir da década de 1950 com as transformações econômicas que afetaram o Noroeste Fluminense. Entretanto no que concerne à memória histórica materializada na arquitetura, quase nada de significativo existe; é apenas o habitat rural que nos lembra esse tempo. É justamente nas outras cidades onde se percebe maior preservação das construções típicas da época do café (GRABOIS, 2001) (Fig.8).



Figura 8 – Sobrado de 1925 em Miracema (Grabois, 2001).

Considerações finais

Sem dúvida a década de 1960 registra uma intensificação do processo de urbanização no Brasil e disto não se exclui o Noroeste Fluminense.

Assim, a primeira preocupação em rastrear o habitat tradicional, foi pensar as profundas transformações sofridas, tanto quantitativa quanto qualitativamente, pelas zonas rurais e urbanas em função da falência da economia cafeeira, atividade intensiva, e de sua substituição pela pecuária extensiva. O binômio pecuarização/periferização, próprio de muitos outros pontos do território brasileiro, exprime didaticamente a dinâmica atual do processo de organização do espaço também no Noroeste Fluminense.

O campo sofre intenso esvaziamento traduzido por uma redução drástica do número de habitações, muitas das quais ainda visíveis por suas ruínas. Se verificamos que o fenômeno

está ligado a causas econômicas, não podemos negligenciar o fato de que a acentuação da dispersão adquire uma dinâmica própria, ligada a razões de ordem social, cultural e psicológica: a população remanescente, sem vida de relações, se vê de tal forma isolada e, portanto, insegura, que acaba por migrar. Esta interpretação ressalta a importância do trabalho de SORRE (1952) sobre a teoria do habitat, quando relaciona habitat, necessidades, estrutura e técnica das sociedades rurais.

O desaparecimento das escolas rurais é comprovação cabal do esvaziamento, dada a perda da sua razão de ser frente à forte rarefação do habitat. Assim, os habitantes da zona rural, quando isto é viável, vão estudar em vilas ou cidades.

Verifica-se, além disso, uma alteração da relação conteúdo/continente, traduzida na mudança das funções das casas rurais isoladas, seja as de fazenda, as de colonos ou de pequenos proprietários. A casa rural perde, freqüentemente, sua função de habitação do trabalhador do campo; é grande o número de habitações, especialmente aquelas próximas de cidades, cujos ocupantes trabalham em serviços urbanos, sendo a zona rural lugar de residência. São exemplos do que chamamos de paleoformas funcionais.

O outro lado da moeda, o fenômeno da formação de periferias, se faz ver nas cidades e também nas vilas. De tal quadro não se pode isolar a perda de funções urbanas como, por exemplo, o desaparecimento de vários tipos de lojas, "máquinas" de arroz e café, bancos, postos de gasolina, cartórios e coletorias (estes dois últimos específicos das vilas) que afeta a maioria das cidades e vilas da região. Pensamos, assim, que as vilas constituem não só agora, mas desde suas origens, verdadeiras aldeias.

A centralidade de Itaperuna, manifestada no seu crescimento e capacidade de criar novas funções, não mais vinculadas às atividades agrárias, relaciona-se a uma redução mais ou menos intensa das funções urbanas das demais cidades e vilas da região. É importante ressaltar o fator posição, pois a cidade ocupa local estratégico no eixo do povoamento regional, o vale do Muriaé, a jusante da sua confluência com o rio Carangola. Por ambos deu-se a expansão ferroviária e, posteriormente, rodoviária, favorecendo a drenagem da riqueza produzida: o café, o leite e o arroz. As rodovias asfaltadas reforçam as funções comercial e de serviços de Itaperuna, ao mesmo tempo em que delas esvaziam as outras cidades do Noroeste Fluminense.

Essas transformações fazem parte do que se entende como desruralização que tem sua contrapartida no que simbolicamente chamamos de "desurbanização". Inseridos num mesmo processo, esses fenômenos, tal como os definimos, devem ser compreendidos como parte do complexo de relações orgânicas campo-cidade. Neste contexto, ocorre uma transposição dos excedentes demográficos rurais para as vilas e cidades, o que nos reporta às "sub-cidades" mencionadas por GEORGE (1992).

Boa parte das cidades e vilas assumiu a função dormitório. Formam-se periferias, áreas onde o dinamismo demográfico é sempre maior; nota-se aí forte concentração de população proletária ou subproletária. Em algumas as condições de habitação, alimentação, vestuário, emprego/salário, educação, higiene e saúde são muito precárias. A população ocupada das periferias trabalha principalmente em atividades urbanas, sendo incontestável a preponderância de Itaperuna na oferta de empregos. Verifica-se, deste modo, que as mudanças de função das habitações ocorrem, estejam elas dispersas ou em aglomerados. A periferização assume, em alguns casos, feição bastante cruel, em que a segregação social é levada ao limite, como acontece no "Beira-rio", em Itaperuna.

Inseridas numa política pública federal da década de 1970, implementada através das prefeituras, as melhorias implantadas nas periferias reforçam sua funcionalidade: aí vive e se reproduz a força de trabalho necessária à realização das relações capitalistas de produção. Isto é próprio de um modelo que procura, através de ações localizadas sobre a estrutura urbana, manter o equilíbrio de uma sociedade fortemente estratificada.

Do processo de periferização, de raízes socioeconômicas, e das políticas públicas a ele ligadas, não se pode desvincular a base ideológica. Exemplo paradigmático é a frase de funcionário graduado de uma prefeitura quando lhe foi indagado o nome de um bairro, um conjunto habitacional: "*Não é bairro; é um povoado dentro da cidade.*"

Na questão social estão embutidos problemas ambientais e o Noroeste Fluminense mostra sérios problemas de degradação, que se manifesta tanto no campo, afetado por sistemas

agrários predatórios, mas também nas cidades e vilas. Por conta da especulação imobiliária, são, freqüentemente, ocupadas áreas de risco, dadas as condições de relevo colinoso e clima tropical. Percebe-se a necessidade premente da fixação de critérios mais rigorosos de análise para aprovação de loteamentos e licenças para construções.

A organização espacial da região ocorre de forma distorcida, manifestando-se num processo de urbanização fixado em um único núcleo – Itaperuna, numa rarefação de população rural extremamente acentuada e na perda de funções urbanas da grande maioria de cidades e vilas. *Ressalta, nesta região empobrecida, o papel de Itaperuna como centro concentrador/expropriador da riqueza e do trabalho: a rede urbana revela a problemática trazida pela modernização capitalista: à bipertrofia do centro sub-regional corresponde a atrofia dos demais centros.* Tal quadro comprova o caráter perverso do atual estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por fortes contrastes, onde a exclusão e a segregação são a tônica do processo de reordenação espacial.

Referências bibliográficas

- DERRUAU, Max. *Geografia Humana*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973, v. 1.
- GEORGE, Pierre. *Geografia Rural*. São Paulo: Difel, 1982.
- GEORGE, P. *La Géographie à la poursuite de l'Histoire*. Paris : Armand Colin, 1992.
- GRABOIS, José. *Que urbano é esse? Características e problemas do habitat nas Terras Altas da Transição Agreste/Mata do Norte de Pernambuco*. Niterói: UFF, 1993 (Tese para concurso de professor titular).
- GRABOIS, José. *Rastreamento o habitat tradicional no Noroeste Fluminense - o habitat e a questão social*. Inédito, 2001.
- HENRIQUES, P. *A Terra da Promissão*. Rio de Janeiro: Aurora, 1952.
- LAMEGO, A. R. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1950.
- LIGIÉRO, M. *O homem, o rio e a terra – o rio Muriaé e a Freguesia da Lage.*, 1960 (Mimeogr.).
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1959, 9ª. ed.
- IBGE. *XI Recenseamento Geral do Brasil*. Manual de delimitação dos setores de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, s. d.
- SORRE, Max. « L'habitat – Conclusion Générale ». In : SORRE, M. *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Paris : Armand Colin, 1952. v. 3.
- TRICART, Jean. (1956) « L'habitat Rural ». In : TRICART, J. *Cours de Géographie Humaine*. Paris: C.D.U. n. 1.
- VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 1, 1958, p. 3 – 82.